



Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos
*Um espaço de diálogo e reflexões,
mas sobretudo de aprendizado e amadurecimento*

*Pedro Barreto Pereira**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ORCID: 0000-0002-9834-3081

*Autor correspondente (e-mail: ppbarreto@gmail.com)

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar os resultados parciais das cinco edições do Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos, realizado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Direitos Humanos (Nepp-DH) da UFRJ. Esta iniciativa se propõe a ser um espaço de diálogo horizontal entre a Universidade e a sociedade, em específico, com moradores de favelas e periferias, lideranças comunitárias e de movimentos sociais, comunicadores populares e profissionais com atuação nesses territórios. As aulas têm como objetivo colocar em debate as representações da violência urbana, de gênero, étnico-racial, entre outras, e propor alternativas a elas. No decorrer dos anos em que este curso tem sido realizado, foram feitas diversas modificações com o intuito de se aproximar cada vez mais do horizonte almejado. O resultado até aqui tem sido transformações, não apenas do ponto de vista profissional e acadêmico, como também pessoal, nas vidas dos organizadores, professores, palestrantes e alunos envolvidos.

Palavras-chave: Mídia. Violência. Direitos Humanos. Educação. Extensão.

Abstract: The present work intends to present the partial results of the five editions of the Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos, carried out by the Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Direitos Humanos (Nepp-DH) of UFRJ. This initiative proposes to be a space for horizontal dialogue between the University and society, in particular, with residents of favelas and peripheries, community leaders and social movements, popular communicators and professionals working in these territories. The purpose of the classes is to challenge the representations of urban, gender, ethnic and racial violence, among others, and propose alternatives to them. During the years in which this course has been carried out, several modifications have been made with the intention of approaching more and more of the desired horizon. The result so far has been transformations, not only from the professional and academic point of view, but also personal in the lives of the organizers, teachers, lecturers and students involved.

Palavras-chave: Media. Violence. Human Rights. Education. Outreach.

1. Introdução

O curso de extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos (MVDH) teve início em 2013. A proposta inicial era analisar criticamente a cobertura jornalística sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, trocar impressões, experiências e conhecimentos com moradores de favelas e periferias, líderes comunitários, repórteres comunitários e demais profissionais com atuações em territórios conflagrados da cidade. Em outras palavras, o curso se propunha a ser um espaço de troca de saberes entre a Academia, a favela e a periferia sobre a representação da violência urbana no Rio de Janeiro. Obviamente, não havia a pretensão de ser uma experiência inovadora, inédita, revolucionária ou coisa que o valha. Mas sim, de ser mais uma oportunidade em que essas trocas pudessem ser realizadas.

Após cinco edições realizadas, contabilizamos cerca de 1.000 solicitações de inscrição, 300 inscritos e 180 alunos concluintes, o que representa uma média de 60% de permanência. Para além dos números, entretanto, é importante conhecer o que dizem aqueles que participaram deste percurso até aqui. Os depoimentos dos ex-alunos, muitos dos quais hoje participam da rede de pesquisadores que elaboram e organizam o curso, revelam o quão rica tem sido a experiência. E não apenas para os estudantes, como também para os organizadores. Desde a desconstrução de ideias e preconceitos até a capacidade de gerenciar conflitos. Coordenar um curso em que estão envolvidas pessoas das mais diferentes origens, formações, experiências e profissões demonstrou ser, ao mesmo tempo, um desafio e um estímulo irresistível. A cada nova edição, passamos a conhecer novas pessoas, que nos levam a um processo de descoberta e de aprendizado. Outra reflexão possível após cinco edições¹ é que aquele espaço é marcado pela imprevisibilidade e pelo acaso: não é possível antecipar, tampouco controlar o que acontecerá ali.

O que se pretende apresentar aqui é o resultado parcial das reflexões deste trabalho coletivo, que se deseja democrático, horizontal e inserido no contexto de uma Universidade pública, que tem como uma de suas atividades-fim a Extensão.

2. Fundamentação teórica

Antes de falar sobre as propostas e os desafios enfrentados, é preciso fundamentar teoricamente a partir de onde partimos. O curso teve origem nas reflexões presentes na dissertação de Mestrado “Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora” (PEREIRA, 2012), que se desdobraria na tese de Doutorado “Narrativas de lei e ordem: uma análise da cobertura de *O Globo* sobre as UPPS” (PEREIRA, 2017). Ao longo dos seis anos em que se desenvolveu a pesquisa, foram analisadas 557 notícias publicadas em dois períodos: entre 2008 e 2011 e entre 2014 e 2016. Em breves linhas, concluiu-se que cerca de 80% das matérias publicadas no jornal *O Globo* sobre as Uni-

¹ Essas edições foram realizadas em 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018.

dades de Polícia Pacificadora (UPPs) justificam a violência policial contra os moradores das favelas ocupadas a partir do argumento da *pacificação*, da ideia de que as revistas humilhantes, as torturas e as mortes são casos isolados, incidentes menores perto do futuro de paz que um dia surgirá para aquelas pessoas. Em 61% das matérias, o enquadramento predominante reivindica mais lei e ordem nessas favelas e punições mais severas àqueles que cometam crimes. Ao mesmo tempo, a cobertura silencia, apaga ou reduz as denúncias de violência policial (apenas 17% das matérias identificadas apresentam este enquadramento como predominante) e as explicações estruturais sobre o crime e a violência (somente cerca de 2%).

Ademais, os depoimentos de fontes citadas nas matérias são predominantemente estatais – ou seja, são declarações de policiais, delegados, secretário de Segurança Pública, governador, prefeito, juízes, desembargadores etc. – enquanto os depoimentos de fontes não estatais aparecem em menor número (55% x 45%). Ainda sobre a ocorrência de fontes, não apenas as fontes estatais são mencionadas em maior quantidade como, quando aparecem, referendam o discurso predominantemente pronunciado pelo Estado, qual seja, da necessidade de impor mais lei e ordem contra criminosos e de puni-los com maior severidade.

Naquele contexto, a Política de Pacificação² era apresentada como a iniciativa que poria fim à violência urbana no Rio de Janeiro, percebida como uma cidade dominada por bandidos, traficantes e assassinos. Nada de novo, é certo. Menos de uma década antes, os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs) também foram igualmente anunciados como redentores, tendo como filosofia “o desenvolvimento de estratégias de prevenção ao crime estimulando a participação da comunidade assistida no processo de tomada de decisão sobre as prioridades que deveriam ser assumidas pelo policiamento” (CARDOSO, 2010, p. 1-2). No entanto, Cardoso (2010) mostra como alguns episódios colocaram em xeque a confiança da população nos agentes que realizavam o policiamento nas favelas ocupadas e acabaram por minar toda a política implementada.

Conforme descreve Holloway (1997), as práticas policiais pouco se alteraram desde o período escravocrata, quando, em 1831, teve origem a Polícia Militar, com o objetivo de assegurar a ordem pública em uma sociedade alicerçada no racismo e na desigualdade social. Na passagem do modo de produção escravocrata para o capitalista não alterou as formas de repressão a negros e pobres. Acostumada a capturar, prender e castigar escravos, a polícia continuou a reprimir os “negros e mulatos livres, imigrantes indigentes, marujos de folga em terra e outros membros das classes inferiores da cidade como se todos formassem um grande grupo uniforme” (HOLLOWAY, 1997, p. 257). O padrão de atuação policial, baseado na intimidação e obtenção da confissão de culpa, até hoje utiliza ameaças e agressões físicas, que não raramente resultam no óbito do indivíduo em situação de “incriminação” (MISSE, 2008). De acordo com Holloway (1997, p. 263), “não seria absurdo sugerir que a criação e o desenvolvimento do sistema policial urbano foram uma pré-condição necessária da transição da escravatura para o regime de trabalho livre” (1997, p. 263).

No que se refere à legitimação discursiva das medidas repressivas, é possível observar que ela recrudescer a partir do período denominado “redemocratização” do país, quando, não por acaso, determinados atores sociais passaram a pautar uma agenda que prezava pela segurança, estimulava o medo e apresentava a utilização do aparato repressivo do Estado – justamente aquilo que teria se perdido com a saída dos militares do poder – como solução para a violência urbana. Um indicativo disso está na análise comparativa de Vaz e Baiense (2011) sobre a cobertura de O Globo sobre as favelas cariocas em 1984 e em 2010. No primeiro período analisado, as reportagens da editoria Rio daquele periódico caracterizam-se, predominantemente, “pelo estado precário da saúde e pelas greves na educação do que pelos casos de violência espetaculares” (VAZ & BAIENSE, 2011, p. 4), reivindicando melhorias contra o “sistema de saúde precário, escolas públicas abandonadas, funcionalismo público insatisfeito, greves” (idem).

A análise quantitativa revela que os principais destaques do noticiário eram: emprego (19%), habitação (19%) e saúde (8%), em um universo de 65 páginas analisadas na editoria Rio, referentes a 14 edições diárias do ano de 1984, em 19 matérias referindo-se às favelas. “O enquadramento destas questões nas matérias analisadas constrói a favela como lugar de carência. Esta foi uma referência bastante comum na construção da representação da favela. Tão comum a ponto de naturalizar-se” (VAZ & BAIENSE, 2011, p.4). Já no ano de 2010, após o início das ocupações das UPPs, consolida-se o enquadramento *crime/violência* quando o tema são as favelas cariocas. Em um universo de 90 matérias analisadas, 38% representavam as favelas como *território sitiado* e 29% como *fonte de violência*, tornando predominante, assim, o enquadramento *violência/criminalidade*. A passagem da maior incidência de assaltos e roubos, principalmente, a bancos, nos anos 1980, para crimes contra a pessoa e o patrimônio pessoal, após essa década, provocou uma sensação de que “as possibilidades de tornar-se vítima são maiores” (*op. Cit.*, 2011, p. 13).

Tal representação reforça a ideia da ocorrência de crimes em lugares públicos, vitimando pessoas de forma aleatória. Consequentemente, isto resulta na conclusão de que para evitar que o crime aconteça é necessário mais policiamento e prevenção, reprimindo aqueles que possuam o perfil da “sujeição criminal” (MISSE, 2008), quais sejam: negros, pobres e moradores de favelas e periferias, contra quem é legítimo julgar e condenar previamente, antes que acometam a sua próxima “vítima virtual” (VAZ, 2009) – aquele indivíduo inocente, não merecedor de sofrer dano causado pelo crime e que deve ser prioritariamente protegido pelo Estado, através das forças policiais.

Como aponta Daniel Ganem Misse, a diferença das UPPs em relação às políticas de segurança pública progressistas seria a proposta inaugurar novas práticas no “ethos policial”, ou seja, “uma visão de mundo própria e compartilhada pela maioria do efetivo da instituição” (MISSE, 2014, p. 693). A utilização de jovens recrutas, recém-saídos das academias de Polícia

² Nome instituído oficialmente em fevereiro de 2015, através do Decreto 45.146 do governo do Estado (RIO DE JANEIRO, 2015a). Esta política é regulamentada oficialmente em março de 2015, por meio do Decreto 45.186 (RIO DE JANEIRO, 2015b).

ao invés dos agentes já supostamente maculados pelo contato cotidiano com a criminalidade, reduziria os casos de corrupção, abusos de poder etc. Assim sendo, seriam estabelecidas novas formas de relacionamento com os moradores das favelas ocupadas. A própria presença permanente de agentes policiais nas favelas pretende tornar a sua ação mais previsível, menos letal e mais humanizada. Além disso, as parcerias público-privadas e a atuação de organizações não governamentais prometiam levar às favelas investimentos sociais para além do que apenas o braço armado do Estado.

Dez anos depois da implantação da primeira UPP³, do abandono provocado pela falência econômica do estado do Rio de Janeiro, de assassinatos emblemáticos como o do pedreiro Amarildo de Souza, na Rocinha, do dançarino DG, no Pavão-Pavãozinho e do menino Eduardo da Silva, no Complexo do Alemão, e da volta generalizada do aumento dos índices da violência no estado, é possível notar o tamanho do equívoco de tais argumentos. A publicação do decreto presidencial de 16 de fevereiro de 2018, que determinou a intervenção federal na Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro – sob argumentos vagos como “grave comprometimento da ordem pública”, sem, contudo, apresentar dados que o sustentem – justificam a realização desta e de outras pesquisas que analisem a legitimação discursiva de políticas e iniciativas de segurança que reproduzem antigas práticas de repressão e de violência contra as camadas historicamente menos favorecidas de nossa sociedade.

3. Um breve histórico do curso

Para enfrentar o desafio de realizar um projeto de extensão universitária com um público tão heterogêneo, buscamos parcerias com pessoas afinadas com aquela discussão e que julgávamos capazes de contribuir. O processo todo se inicia na elaboração das aulas, buscando contemplar temas relevantes que se articulem com a reflexão proposta. A seleção dos alunos é, talvez, a etapa mais dolorosa, haja visto que é preciso selecionar apenas 60⁴ de um total de mais 300 ou 400 e-mails recebidos a cada nova edição. Nesta fase, é pedido que os candidatos manifestem em poucas linhas os motivos pelos quais gostariam de fazer o curso. São muitas histórias de vida, em que, não raro, o interlocutor revela sua luta contra o racismo, o machismo, a homofobia e a transfobia. Procuramos acolher o máximo possível de pessoas interessadas, abrindo, sempre que possível, espaço para ouvintes a cada encontro.

Nas primeiras edições, o formato era de aulas expositivas, mais especificamente focadas na construção do discurso midiático sobre a violência, na exibição de filmes e em debates com os estudantes. Os professores visitantes traziam elementos diferentes e outros pontos de vista que contribuía para a reflexão dos temas propostos. Contudo, ao longo das discussões com a turma, algumas questões passaram a surgir, principalmente quanto a outras formas de violência, que não aquela produzida pelo Estado contra a população moradora de favelas e periferias.

³ A primeira foi instalada no Morro Santa Marta, em novembro de 2008.

⁴ Número de lugares disponíveis no auditório do Nepp-DH/UFRJ. De modo a democratizar o conhecimento produzido nos encontros, as aulas são transmitidas em tempo real através da página do curso na rede social Facebook.

Uma preocupação constante durante todas as edições sempre foi garantir o máximo possível de tempo (em geral, entre uma hora e uma hora e meia do total de três horas de aula) para o debate entre professores/palestrantes e alunos, de modo a integrar as pessoas e possibilitar o diálogo horizontal e a reflexão mais democrática possível. E essa preocupação se torna mais presente a cada edição, quando, cada vez mais, observamos a necessidade de os estudantes se manifestarem e de serem ouvidos no relato de suas experiências de violência cotidiana. Entendemos que esses relatos são fundamentais neste processo de troca de saberes e de reflexão.

Ao final de cada edição, solicitamos que os alunos enviem⁵ sugestões, reclamações e demais contribuições para a continuidade do curso nos anos posteriores. Frequentemente, recebemos sugestões para que sejam incluídos temas aos debates, como alguns que foram incorporados ao longo dos anos – genocídio da juventude negra e violência de gênero, por exemplo. Também são comuns manifestações de agradecimento, como mensagens que contam terem alcançado objetivos profissionais e/ou acadêmicos a partir da experiência vivenciada no curso. Seguem alguns deles abaixo:

O curso foi inspirador. Os palestrantes trouxeram tanto material acadêmico quanto práticas de resistência. Todas as aulas traziam debates pertinentes às diversas questões presentes nas palestras. Essa união de palestra e debate enriqueceu muito o conhecimento de quem estava presente. Era um diálogo bastante franco e rico entre os palestrantes e os alunos. A universidade faz muito bem quando se fala em dialogar entre os seus, mas não tão bem quando se fala em dialogar para fora do meio acadêmico, e esse curso mostrou como o diálogo com profissionais fora do meio acadêmico é capaz de agregar vivências, valores e sabedorias a todos. Acredito também que houve uma troca sincera de afetos entre os alunos do curso e quem participava das mesas de debate. Sempre buscando demonstrar que a troca de conhecimentos é fundamental para crescermos juntos. Acima de tudo, preciso agradecer a oportunidade de ter feito parte desse curso, onde pude conhecer pessoas que acreditam numa resistência contra o autoritarismo, o fascismo, as injustiças sociais, e acima de tudo, na inclusão social através da educação e equidade de oportunidades⁶.

Sou muito grato ao curso por conceder a mim, jovem negro e ex-estudante de escola pública na Baixada Fluminense, a primeira oportunidade de compartilhar saberes em uma Universidade Federal e, além disso, por despertar a certeza que eu deveria e poderia ocupar esse espaço. Hoje, estudante da UFF, vejo como contribuíram para que eu estivesse aqui. Desejo que continuem nos dando essa oportunidade. Obrigado! Sucesso nessa nova edição!⁷ Melhor extensão e melhor experiência que tive na Universidade enquanto estudante da UFRJ. Vontade de fazer a extensão de novo, de tão incríveis que são os encontros. Espero conseguir participar de alguma aula, como ouvinte mesmo⁸.

⁵ Sem que isso seja uma exigência para a obtenção do certificado.

⁶ Depoimento de Anna Carolina Caldas, jornalista e aluna da quinta edição do curso, realizada em 2018, enviado por e-mail.

⁷ Depoimento de Erick Sant'ana, estudante de Pedagogia, participou da quarta edição do curso, realizada em 2017, publicado em uma postagem na página do curso na rede social Facebook.

⁸ Depoimento de Fhlype Morais, estudante de Direito, participou da quarta edição do curso, realizada em 2017, publicado em uma postagem na página do curso na rede social Facebook.

3. Mudanças ao longo do percurso

A cada nova edição é realizada uma avaliação, tanto por parte dos organizadores, como junto aos estudantes, de modo a aproximar a metodologia aplicada aos objetivos traçados e a atender às expectativas daquelas e daqueles que procuram o curso. Durante os debates realizados na parte final das aulas e nas mensagens enviadas ao término de cada edição, foi possível perceber a necessidade de abordar determinados temas e através de determinadas perspectivas sensíveis àquelas pessoas que pediam e faziam uso da palavra. Já na terceira edição do curso (realizada em 2015), passamos a incorporar temas sugeridos pelos estudantes, como o recorte racial no perfil das vítimas da violência urbana, a violência de gênero, o encarceramento e dos adolescentes em conflito com a lei, os conflitos de terra e as alternativas comunitárias à comunicação hegemônica.

Outra mudança, que teve como objetivo incorporar diferentes pontos de vista sobre uma mesma realidade, foi realizar aulas temáticas com a presença de dois ou mais palestrantes e um mediador. Pudemos perceber que a mescla de acadêmicos com ativistas e lideranças sociais proporcionava um debate mais rico, em que algumas questões apresentadas, a partir de uma dada perspectiva, poderiam dialogar com outras exposições fundamentadas sobre bases e princípios diversos. De modo a ampliar ainda mais a diversidade de perspectivas apresentadas, notamos que seria preciso ainda que essas mesas fossem elaboradas e organizadas de forma autônoma por especialistas⁹ dos temas a serem debatidos. Cada encontro passou então a ser coordenado por pesquisadores e ex-alunos das edições anteriores que tinham algum tipo de afinidade com aqueles temas. A autonomia desses coordenadores passou a ser quase que integral¹⁰, definindo desde o número e os nomes dos palestrantes, se haveria exibição de conteúdo audiovisual e o enfoque a ser dado no debate. A professora e pesquisadora Vanusa Maria de Melo participou como aluna da primeira edição do curso, em 2013, e hoje faz parte do que vimos chamando de rede de pesquisadores que, todos os anos, ajuda a elaborar e organizar o curso:

Eu fiz o curso como aluna em 2013 e me chamou a atenção a proposta de trazer para o debate pessoas de diversas áreas. Na edição seguinte (2014), fui convidada a dar uma das aulas do curso sobre Socioeducação, que tem a ver com a minha área de pesquisa. Naquela edição, esse caráter de ter vozes de diferentes lugares estava ainda mais consolidado. Na edição de 2015, a coordenação democratizou ainda mais a condução do processo, chamando para pessoas que representavam os movimentos sociais, a pesquisa, os movimentos em comunidades e de vários setores da sociedade para organizar o curso, indicar pessoas, professores [para ministrar aulas e palestras]. Na última edição (2018), eu fui mediadora de uma das mesas sobre o direito das pessoas encarceradas. A gente vê que a

⁹ Entende-se aí não apenas acadêmicos, mas também ativistas, militantes, estudantes e lideranças sociais.

¹⁰ A questão da autonomia suscitou debates posteriores à realização da quarta edição do curso, em 2017. O papel do mediador passou a ser o de garantir a infraestrutura do auditório, funcionamento do equipamento e controlar o tempo de uso do auditório reservado junto à Direção do Nepp-DH. É certo que, por vezes, possa ter havido alguma interferência indesejada pelos mediadores por parte do coordenador, o que acreditamos ter sido corrigido na edição de 2018.

proposta está bem firme. Eu digo até que copio este modelo no curso de extensão que eu coordeno na UFF, através de um grupo de pesquisa de Educação nas prisões com a professora Sandra Maciel. Então, a gente aplica lá o que eu aprendi no curso da UFRJ¹¹.

Após a edição de 2017, com a mudança de formato, constatamos que, se por um lado alcançamos o objetivo de ampliar a discussão sobre outras formas de violência, por outro notamos uma certa superficialidade no que diz respeito ao desenvolvimento das questões abordadas e uma dificuldade na compreensão de alguns conceitos não familiares para estudantes não iniciados em determinados temas. Para corrigir o problema identificado, optamos por mesclar os dois formatos, através da realização de aulas teóricas sobre Direitos Humanos, Teoria Crítica dos Direitos Humanos, Teoria da Comunicação, Comunicação Pública, entre outros temas, ministradas por professores vinculados ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nepp-DH)¹², Escola de Comunicação (ECO), Escola de Serviço Social, Instituto de Psicologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Artes e Ciências Sociais (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), aliadas a palestras, mesas de debates, exibição de filmes e rodas de conversa com participação de instituições que se tornaram parceiras da iniciativa ao longo das seis edições do curso, como Defezap, Fórum Grita Baixada, Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) e Redes da Maré, além de pesquisadores, professores, ativistas e demais pessoas envolvidas.

O objetivo desta metodologia recentemente adotada foi procurar abordar pontos elementares para alunos que não possuam um acúmulo acerca de determinados conceitos sobre Direitos Humanos, Comunicação, entre outros, e apresentar dados sobre Segurança Pública, o crime e a violência urbana no Rio de Janeiro. Em uma segunda parte do curso, aí sim, trazer palestrantes que pudessem desdobrar as discussões e incorporar outros pontos de vista. Esta, no entanto, não é uma ideia fechada e acabada. Assim como todas as reflexões do curso, ela está aberta e suscetível ao debate com todas e todos que tiverem interesse em contribuir.

Mais uma mudança realizada após as duas primeiras edições – e que se mostrou acertada – foi a dos horários das aulas. Devido à dificuldade de encontrar horários nas salas de aula disponíveis no campus universitário da Praia Vermelha¹³, a primeira edição do curso ocor-

¹¹ Depoimento de Vanusa Maria de Melo, professora, pesquisadora e ativista pelos direitos das pessoas encarceradas, que participou da primeira edição do curso, em 2013, e em todas as edições subsequentes contribuiu como palestrante.

¹² O Nepp-DH é a unidade proponente do Curso de Extensão Mídia, Violência e Direitos Humanos no Edital de Registro Único de Ações de Extensão (RUA) da Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ e responsável pela sua realização anual.

¹³ Em se tratando de uma universidade pública, que passa por um processo histórico de precarização e de subfinanciamento, a UFRJ apresenta enormes problemas estruturais em termos de salas de aula. Com o incêndio do Palácio Universitário do campus da Praia Vermelha, em 2011, as unidades ali sediadas precisaram encontrar outros espaços aonde funcionar. Assim, foram adquiridos contêineres metálicos que resolveram parcialmente o problema. No entanto, os auditórios onde são realizadas aulas com maior número de estudantes – como é o caso do curso de extensão MVDH – passaram a ser disputados de forma acirrada. Assim, restavam poucos horários para a realização das aulas no Auditório do Nepp-DH, com capacidade para 60 pessoas. Em todos os anos, é preciso efetuar a reserva com grande antecipação, sob o risco de não haver local para receber os alunos.

reu em um dia útil no período vespertino. O resultado foi a maior presença de estudantes que já se encontravam no campus universitário. Nas edições seguintes, pensando em alcançar um público mais heterogêneo, incluindo trabalhadores que não poderiam deixar seus ofícios durante o dia para frequentar as aulas, alteramos o horário para o turno da noite. O resultado foi positivo: conseguiu-se alcançar um público não apenas mais numeroso, como também mais diversificado, com maior acúmulo de discussões sobre a realidade nos territórios conflagrados pela violência urbana.

Da última edição do curso até a conclusão do presente trabalho, realizada no segundo semestre de 2018, foi feita a seleção dos alunos através de sorteio público. Para isso, as quase 400 solicitações de inscrição foram divididas em “Preferenciais” – moradores de favelas e periferias, lideranças comunitárias ou de movimentos sociais, comunicadores populares e profissionais com atuação nesses territórios, conforme divulgado no início da abertura das inscrições – e “Demais candidatos”. Seriam destinadas 60 vagas – devido ao número de lugares no auditório do Nepp-DH, onde o curso é realizado – sendo 40 para o primeiro grupo e 20 para os demais. Havia dúvidas a respeito da inédita experiência e se ela, de fato, asseguraria uma seleção democrática e uma turma composta majoritariamente de negras e negros com o perfil desejado.

Para regozijo de todos os organizadores, dos próprios estudantes e palestrantes, o objetivo foi alcançado. Os debates em sala de aula contaram com depoimentos riquíssimos, tanto do ponto de teórico, como do ponto de vista relacional e afetivo. Na última aula do curso de 2018, após a exibição do documentário “Nossos mortos têm voz” (Brasil, 2018), dirigido por Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, que conta a história de mães de jovens mortos por policiais militares na Baixada Fluminense, foram muitas as manifestações de reconhecimento do trabalho realizado.

Apesar de não integrar a área de comunicação, para qual o curso é voltado, sinto que aprendi e desenvolvi nesse período de interação muito mais do que em certas aulas e conteúdo do meu curso de formação, que é psicologia. Posso afirmar que foi extremamente enriquecedor, pessoal e profissionalmente, ter a oportunidade de estabelecer contato diretamente com os protagonistas das histórias e participar ativamente do local que proporcionou que suas vozes fossem expressas. Particularmente a última aula, na qual foi exibida o documentário “Nossos mortos têm Voz”, foi bastante significativa para mim, a ponto de direcionar a área de pesquisa e estudo que futuramente pretendo focar. Percebo que ter participado do curso abrangeu a “fome” por conteúdo e conhecimento que já crescia em mim, por isso agradeço a oportunidade¹⁴.

¹⁴ Depoimento de Isabella Mota, estudante de Psicologia, participou da quinta edição do curso, realizada em 2018, enviado por e-mail.

4. Desafios enfrentados

Talvez seja importante mencionar dois episódios que consideramos emblemáticos da experiência que o curso pode representar e dos seus objetivos. O primeiro aconteceu entre 2013 e 2014 e para narrá-lo é preciso recordar o processo seletivo para a edição 2013 do curso. Após iniciadas as inscrições para os candidatos, recebemos solicitações de dois policiais militares lotados em Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Naquele momento, tivemos dúvidas se deveríamos aceitá-las ou não. Imaginamos quão problemática poderia ser a convivência entre policiais e moradores naquele espaço e as consequências que ela poderia ter. Após discutirmos por alguns dias, concluímos que, sim, iríamos selecionar os dois policiais candidatos, basicamente, porque, ao incorporá-los à turma, a Universidade pública estaria cumprindo o seu papel primordial de ser um espaço educador, formador, promotor de diálogos e reflexões entre agentes de formações e experiências pessoais e profissionais díspares e, por vezes, até antagônicas.

Ao longo do curso, enquanto um dos policiais praticamente não falava em sala de aula, o outro se apresentou bastante comunicativo, carismático e participante. Contava detalhes de sua profissão, do cotidiano naquela corporação e até mesmo fazia críticas a ela. Ainda que não pudesse ser classificado como um convicto militante dos direitos humanos, ao menos se mostrava disposto à escuta, ao diálogo e às críticas de seus colegas, mesmo quando parecia ser a única voz dissonante naquele ambiente. Resultado: ganhou a simpatia de todos naquele espaço. O jornalista Hélio Euclides, que participou do curso naquele ano como aluno, relembra o episódio:

Naquela edição [em 2013], houve uma situação difícil: tinham dois policiais fazendo o curso. Na mesma hora eu pensei: 'o que é que eu estou fazendo aqui?'. Eu queria ir embora. E a organização [do curso] tirou a gente da zona de conforto, fez a gente dialogar e descobrir que aqueles dois policiais tinham um pensamento parecido com o nosso. Então, a gente conseguiu ver o outro olhar. Eu acho que cada ano que passa é diferente. Dá vontade de fazer todo ano, porque parece que sempre vai ter uma 'pegadinha' dessa para a gente 'sacar' que a gente precisa do diálogo. Num momento que a gente não está tendo, este aqui é um espaço de diálogo. Este curso mostra isso para a gente¹⁵.

Tão rica havia sido aquela experiência que, no segundo semestre de 2014, quando passei a ministrar a disciplina "Mídia e Violência" – como parte de um estágio de docência do curso de Doutorado pela Escola de Comunicação da UFRJ – convidei-o a participar de um debate com aqueles estudantes de graduação. Na mesma ocasião, estariam também presentes outros participantes, entre eles, outro ex-aluno do curso MVDH de 2013, formado em Jornalismo, morador de uma favela da zona norte e ativista do movimento negro. Ao longo das

¹⁵ Depoimento de Hélio Euclides, jornalista do Jornal Maré de Notícias, produzido pela ONG Redes da Maré, participou da primeira edição do curso, em 2013, e em todas as edições subsequentes contribuiu como palestrante.

aulas no ano anterior, os dois protagonizavam debates acalorados, sempre apresentando seus pontos de vista a partir de argumentos muito bem fundamentados em suas experiências e saberes. Por vezes, cheguei a precisar interferir para encerrar a discussão para que pudéssemos seguir adiante. No entanto, o respeito mútuo sempre prevaleceu.

O mesmo ocorreu na aula de 2014, quando ambos polarizaram o debate sobre a violência policial nas favelas cariocas. Enquanto um apresentava dados sobre o número de policiais mortos, os salários defasados, a precariedade do treinamento e outros elementos, o outro denunciava a letalidade policial e o risco que um jovem negro corria em um contexto de militarização da vida nas favelas dos grandes centros urbanos. Ao término da aula, quando todos os alunos já haviam deixado a sala, terminei de me despedir dos dois. Foi quando o policial me perguntou como ele poderia chegar até a estação de metrô mais próxima. Antes que pudesse responder, o jovem jornalista negro disparou: “Vou para lá também. Vamos juntos”. Fez um silêncio súbito, resultado da surpresa que aquele convite provocara, antes do aceite do policial e que os dois saíssem juntos e conversando amistosamente pela porta fora. Naquele momento, pensei que a missão do curso havia sido cumprida ao aproximar duas pessoas de vidas e pensamentos tão distintos e que, caso aquele encontro se desse em um outro contexto, ele poderia ter um desfecho trágico. Felizmente, ocorreu um encontro, uma empatia e, quiçá, uma amizade.

O segundo episódio ocorreu em 2017, durante a quarta edição do curso MVDH¹⁶. No segundo encontro, um aluno, jovem militante do movimento negro, pediu a palavra no período da aula dedicado ao debate entre os palestrantes e a turma, para afirmar categoricamente que “policiais devem ser mortos”. Naquele momento, procurei não interferir. Continuei com o celular em punho, seguindo a transmissão ao vivo através da internet, como fiz em todos os sete encontros daquela edição. No entanto, aquela fala havia me incomodado. E não apenas aquela, mas também o fato de que esse mesmo aluno interrompera um palestrante sem pedir permissão ao mediador, impedindo a intervenção de outros alunos que ainda não haviam se manifestado. Mesmo assim, não interfeiri, acreditando que o meu papel ali deveria ser o de dar o máximo de espaço possível para aquela troca de ideias, limitando-me a ajudar o mediador a controlar o tempo do debate para que o auditório fosse entregue no horário determinado pela Direção do Nepp-DH.

Na aula seguinte – o terceiro encontro daquela edição do curso – o aluno em questão não compareceu. Antes de iniciar as apresentações dos palestrantes, contudo, julguei pertinente alertar que não toleraríamos discursos de ódio e de incitação à violência. Minha preocupação naquele momento era me posicionar diante as palavras do rapaz na semana anterior. E mais: assim como em 2013, tínhamos em nosso grupo dois policiais que poderiam estar dispostos ou não a ouvir e dialogar amistosamente e contribuir para as reflexões propostas. E, ao contrário de quatro antes, aqueles agentes que não se manifestavam durante

¹⁶ Em 2016 o curso não foi realizado.

as aulas, limitando-se a comparecer sempre pontual e assiduamente a todas as aulas, solicitando sempre uma declaração formal de presença a cada encontro realizado, inclusive. Ainda que devidamente identificados, é possível que estivessem ali “a serviço”¹⁷, ou por vontade própria com o propósito de se desconstruírem. Mas o fato é que o comentário do rapaz poderia trazer problemas para ele mesmo. Por este motivo, para além do meu papel institucional naquele espaço, eu acreditava que não poderia deixar de me posicionar naquele momento.

Na quarta aula, o aluno voltou a aparecer. Ao abrir o debate – cujo tema era “Cárcere e adolescentes em conflito com a lei” e em que estavam presentes especialistas na área e uma ex-interna do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) – ele pediu a palavra e voltou a se manifestar de maneira agressiva, pregando o ódio e incitando a violência. No mesmo instante eu o interrompi e o alertei que aquilo não seria aceito. Alertei, de maneira polida, porém firme, que o efetivo policial tradicionalmente é composto por homens jovens, negros e pobres e que cumprem o papel que historicamente cabia aos chamados “capitães do mato”, que tinham a missão de prender escravos fugidos, prendê-los, puni-los e devolvê-los a seus senhores, tal como se faz com uma mercadoria roubada. Sua tarefa então é fazer a contenção social, que privilegia a manutenção da ordem estabelecida desde a chegada dos portugueses por aqui e beneficia tão somente as classes dominantes. No entanto, a morte desse contingente policial em nada abala a estrutura racista e de desigualdade social e os métodos de repressão às classes menos favorecidas, que continuarão sendo oprimidas por outros policiais, da mesma origem que as dele. A reação do aluno foi de inconformismo. Pediu novamente a palavra, negou que estivesse se expressando de maneira odiosa e disse ainda que estava sendo censurado, ainda que em todas as oportunidades que havia solicitado a palavra, o pedido tivesse sido concedido. Repliquei ainda mais uma vez, mas hoje concluo que cometi um erro, pois a discussão que deveria ser central, e para a qual palestrantes e demais alunos estavam ali, havia se perdido. O rapaz ainda continuou falando ao deixar a sala, e as conversas ao final do encontro não foram sobre outra coisa, como atesta o comentário de um aluno que esteve presente naquele dia:

Nem falar na lição mais importante de hoje que foi o exercício da tolerância com a escuta e a fala sincera na relação entre os participantes. Quanto à escuta de quem trabalha no sistema prisional junto à jovem que se integrou ao projeto de comunicação apresentado, foi um desses aprendizados que fica, mobiliza a gente em uma continuidade das experiências de nosso grande Paulo Freire¹⁸.

¹⁷ Impressão que tive quando pedi a um deles em um dos encontros que contribuíssem mais para o debate e ele me respondeu: “Estamos contribuindo”.

No dia seguinte, tomei a iniciativa de procurá-lo, por meio das redes sociais, e dizer que acreditava que todo o debate é importante para o exercício que nos propúnhamos através do curso. Solicitei ainda que chegasse um pouco mais cedo na aula seguinte para conversarmos melhor. No entanto, o que ocorreu foi que, no quinto encontro – sobre “Comunicação comunitária” – não apenas ele não compareceu à conversa que eu havia marcado, como chegou atrasado e, no momento do debate entre palestrantes e a turma, ele voltou a pedir a palavra para lembrar o episódio, dizer que eu o havia censurado e reafirmar mais uma vez o seu discurso contra os policiais. Imagino que a sua intenção era encontrar a concordância da mesa, composta naquele dia por jovens mulheres militantes da comunicação popular e moradoras de favelas. Fiquei em silêncio, sem dizer palavra, aguardando as orientações da mediadora e as opiniões das palestrantes. No entanto, as respostas da mesa foram de reprovação ao interlocutor, o que fez com que este deixasse a sala cabisbaixo e antes do término das exposições. No sexto e no sétimo encontros ele não compareceu. Este segundo episódio talvez tenha sido o mais delicado ao longo das quatro edições do curso. Não apenas pela dificuldade que tive em lidar com um discurso tão extremista, quanto por temer pela segurança de todos ali, incluindo a do próprio aluno. Meu único lamento, entretanto, é não ter podido ter uma conversa franca, olho no olho, com aquele rapaz.

4. Considerações Finais

Por todo o exposto até aqui é possível tecer algumas considerações, ainda que parciais, tendo em vista que estamos em meio a um processo que ainda não se esgotou. Pelo contrário, está em pleno desenvolvimento e amadurecimento. Desde a avaliação dos candidatos no processo seletivo, em que são relatadas histórias de sofrimento e superação, até a conclusão de cada edição, passando pela organização das mesas, o convívio com os alunos e as dificuldades inerentes à precariedade da Educação pública neste país, o aprendizado é permanente.

Todo este processo impõe novos desafios e apresenta elementos diferentes que precisamos aprender a lidar todos os anos. É isto que faz com que cada nova turma seja única, imponha um novo aprendizado e contribua para o acúmulo de reflexões. É a importância de nos constituirmos hoje como uma rede é estarmos abertos à escuta, ao diálogo e a mudanças. Elas podem acontecer não apenas durante o período das aulas presenciais, mas também, e principalmente, de forma permanente, através de nossos canais de comunicação digitais, ou mesmo através do presente trabalho. E se, além disso, este artigo puder inspirar outras iniciativas semelhantes, tanto melhor.

Nossa conclusão hoje é a de que estamos no caminho certo, no sentido de buscar fazer do espaço do Curso de Extensão MVDH um ambiente de troca de experiências, de diálogo res-

¹⁸ Depoimento de Luiz dos Santos, aluno da edição 2017 do curso, em postagem na página do curso na rede social Facebook, sobre o episódio relatado acima.

peitoso, de reflexão e de crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Cada um levará dali aquilo que for capaz de processar naquele momento. Ou semeará em suas consciências algo que poderá germinar daqui a alguns anos. Se o curso puder resultar em encontros, amizades, autoconhecimento e novas perspectivas profissionais – como aconteceu em inúmeras ocasiões – teremos cumprido o nosso papel. Caso contrário, precisaremos repensar, juntos, em que ponto estamos errando, o que e onde corrigir, mudar os rumos e seguir adiante.

Referências

CARDOSO, M. **Como morre um modelo de policiamento comunitário: o caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho**. 2010. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: representação e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPPs: um breve balanço. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 675-700, jul./ago./set. 2014.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2008.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 45.146 de 5 de fevereiro de 2015. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, ano 41, n. 23, 6 fev. 2015a. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/85824270/doerj-poder-executivo-06-02-2015-pg-1/pdfView>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 45.186 de 17 de março de 2015b. Regulamenta o Programa de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro e determina outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano 41, n. 047, 18 mar. 2015b.

VAZ, Paulo. Vítima virtual e mídia. In: VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E CONTROLE SOCIAL, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 51-69. ISSN 2175-9596.

Filme

NOSSOS MORTOS têm voz. Direção, argumento e roteiro: Fernando Sousa e Gabriel Barbosa. Brasil, 2018.



A **Revista de Comunicação Dialógica (RCD)** é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercia- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 23/03/2019

Aprovado em: 16/05/2019